

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO (SENDO A 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO PÚBLICA) DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA ANDRADE GUTIERREZ S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão (sendo a 2ª (Segunda) Pública) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Andrade Gutierrez S.A." ("Escritura"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto de sua respectiva segunda emissão (sendo a primeira pública) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária ("Debêntures"):

ANDRADE GUTIERREZ S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno nº 8.123, CEP 30110-937, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 17.262.197/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia");

- II. como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4200 – Bloco 04 – Sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, ("Agente Fiduciário" ou "Pentágono" e, em conjunto com a Companhia denominados como "Partes");

que resolvem celebrar esta Escritura de acordo com os seguintes termos e condições:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização

- 1.1.1. A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definidos abaixo) são realizadas e esta Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 9 de dezembro de 2013 ("AGE"), cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio", em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), na qual foram deliberadas a (i) realização da Emissão (conforme definido abaixo); e (ii) autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão.







CLÁUSULA II REQUISITOS

A terceira emissão (sendo a segunda pública) de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Companhia, no valor total de R\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais), sob o regime de garantia firme de colocação ("Emissão" ou "Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. **Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.1.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.2. **Arquivamento na JUCEMG e Publicação dos Atos Societários**

A ata da AGE será arquivada na JUCEMG e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio", nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades Anônimas.

2.3. **Arquivamento da Escritura na JUCEMG**

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEMG, conforme disposto no inciso II e no parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. **Registro para Distribuição e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP, e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da Data de Subscrição e Integralização (conforme definido abaixo), conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), de acordo disposto no artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvada a exceção prevista no parágrafo 1º do referido artigo 15 da Instrução CVM 476, sendo certo, ainda, que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, condicionado ainda ao cumprimento pela Companhia das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a terceira emissão (sendo a segunda pública) de debêntures da Companhia.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.3. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados, dentro da gestão ordinária de seus negócios, inclusive para resgatar a totalidade das debêntures da segunda emissão (sendo a primeira pública) da Companhia, emitidas em 10 de dezembro de 2012, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação no montante de R\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de coordenadores da Oferta ("Coordenadores"), nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, da Terceira Emissão (sendo a Segunda Pública) da Andrade Gutierrez S.A." ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os



Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados "Investidores Qualificados": (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia.

3.6. Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

3.6.1. A instituição prestadora dos serviços de escrituração das Debêntures e demais atribuições definidas em normas da CETIP é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 60.746.948/0001-12 ("Escriturador").

3.6.2. A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante").

3.7. Objeto Social da Companhia

De acordo com o Estatuto Social da Companhia atualmente em vigor, o objetivo da Companhia é a organização, administração, instalação e participação em empresas nacionais e/ou estrangeiras, com capital próprio, como sócia ou acionista.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 4.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 17 de dezembro de 2013 ("Data de Emissão").
- 4.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 4.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.



- 4.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- 4.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.6. **Prazo e Datas de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 17 de dezembro de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura.
- 4.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 43.000 (quarenta e três mil) Debêntures.
- 4.8. **Dia(s) Útil(eis):** Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.
- 4.9. **Pagamento do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 4.10. **Remuneração:**
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado; e
 - II. *juros remuneratórios:* a partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 108,60% (cento e oito inteiros e sessenta centésimos por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressa em forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento ("Remuneração"). A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, nos dias 17 dos meses de junho e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2014 e o último, na Data de Vencimento ou, conforme o caso, na data do resgate antecipado das Debêntures, da amortização antecipada das Debêntures e/ou do vencimento antecipado das Debêntures. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à data de pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, que segue os critérios de



cálculo do "Caderno de Fórmulas de Debêntures – CETIP21", o qual está disponível para consulta na página da CETIP na Internet (<http://www.cetip.com.br>):

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} - 1)$$

onde,

J = Valor unitário dos juros remuneratórios das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde,

n = número total de Taxas DI considerados no Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 108,60 (cento e oito inteiros e sessenta centésimos);

TDI_k = Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

Observações:



- (a) O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;
- (d) "Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.
- 4.10.1. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.10.2, 4.10.3 e 4.10.4 abaixo.
- 4.10.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que será aplicada, observado o disposto no item 4.10.3 abaixo.
- 4.10.3. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescida da Remuneração devida até a data do efetivo resgate.



calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data de pagamento do resgate. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.10, inciso II e seguintes desta Escritura.

- 4.10.4. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI volte a ser divulgada ou apurada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.
- 4.11. **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para os titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 4.12. **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere à integralização das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.8 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 4.13. **Encargos Moratórios:** Caso a Companhia deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 4.14. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** Sem prejuízo do disposto no item 4.10 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração e/ou encargos moratórios no



período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

- 4.15. Preço de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Subscrição e Integralização, de acordo com o disposto no item 4.10 acima, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento, observado o disposto no subitem 3.5.2.1 acima.
- 4.16. Prazo e Forma de Integralização:** As Debêntures serão integralizadas em uma única data, à vista, no ato da subscrição ("Data de Subscrição e Integralização") e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.
- 4.17. Repactuação:** Não haverá repactuação das Debêntures.
- 4.18. Publicidade:** Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Companhia na rede mundial de computadores (www.andradegutierrez.com.br), bem como comunicados na forma de avisos, e publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.
- 4.19. Comprovação de Titularidade das Debêntures:** A Companhia não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando custodiadas eletronicamente no CETIP.
- 4.20. Liquidez e Estabilização:** Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.
- 4.21. Imunidade de Debenturistas:** Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Companhia, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



11
44

- 4.22. **Fundo de Amortização:** Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V
ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

- 5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Companhia e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCEMG, sem prejuízo da realização de Assembleia Geral de Debenturistas, se necessário.

CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

- 6.1. **Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir do 4º (quarto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total das Debêntures (sendo vedado o resgate parcial), sem o pagamento de prêmio ou penalidade. ("Resgate Antecipado Facultativo").
- 6.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos do item 4.18 acima ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 7 (sete) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. As Debêntures resgatadas serão liquidadas e canceladas na mesma data.
- 6.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, será acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.
- 6.1.3. Quando o Resgate Antecipado Facultativo ocorrer com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.
- 6.1.4. A CETIP deverá ser comunicada pela Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, o Escriturador e o Banco Liquidante, sobre o respectivo Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.



- 6.1.5. As Debêntures resgatadas pela Companhia, conforme previsto nesta Cláusula VI, serão obrigatoriamente canceladas.
- 6.2. **Amortização Antecipada Facultativa:** A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir do 4º (quarto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, realizar a amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Amortização Antecipada Facultativa").
- 6.2.1. Os valores pagos a título de amortização do Valor Nominal Unitário serão sempre imputados de forma proporcional a totalidade das Debêntures, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalterada a data de pagamento do Valor Nominal Unitário constante do item 4.9 acima.
- 6.2.2. A Amortização Antecipada Facultativa somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos do item 4.18 acima ("Comunicação de Amortização") com antecedência mínima de 7 (sete) Dias Úteis da data da efetiva Amortização Antecipada Facultativa ("Data da Amortização Antecipada"). A Data da Amortização Antecipada deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.
- 6.2.3. Na Comunicação de Amortização deverá constar: (a) a Data da Amortização Facultativa; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Companhia, mas, em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização; (c) a menção de que a parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada será acrescida da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Antecipada Facultativa.
- 6.2.4. A CETIP deverá ser comunicada pela Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, o Escriturador e o Banco Liquidante, sobre a respectiva Amortização Antecipada Facultativa com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data da Amortização Antecipada.

- 6.2.5. A Amortização Antecipada Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures e será limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures.
- 6.3. **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório de administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item 6.3 não farão jus a voto em Assembleia Geral de Debenturistas enquanto permanecerem em tesouraria e, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

- 7.1. Sujeito ao disposto nos itens 7.1.1 a 7.3 abaixo, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigirá o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nos itens 7.1.1 e 7.1.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- 7.1.1. Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, ou até mesmo realização de Assembleia Geral de Debenturistas:
- (a) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanada no prazo de até 1 (um) Dia Útil;
 - (b) caso ocorra (i) a dissolução, liquidação ou a extinção da Companhia; (ii) a decretação de falência da Companhia; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Companhia; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido pelo Juízo competente, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, em qualquer dos casos no prazo de até 10 (dez) dias contados da citação da Companhia; (v) a apresentação de pedido, por parte da Companhia, de plano de recuperação



extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Companhia em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) nos termos da regulamentação aplicável à época, qualquer evento que legalmente caracterize estado de insolvência da Companhia que não aqueles descritos nos subitens (i) a (vi) acima;

- (c) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, principal ou acessória, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou seu equivalente em outra moeda;
- (d) protesto de títulos contra a Companhia cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido obtida medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela Companhia;
- (e) descumprimento de qualquer decisão arbitral ou judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, na data em que a referida decisão deveria ter sido cumprida, igual ou superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outras moedas;
- (f) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Companhia seja parte como mutuária ou garantidora, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outra moeda;
- (g) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária que envolva a Companhia e/ou quaisquer de suas sociedades controladas, sendo que, para os fins desta Escritura, sociedades controladas são aquelas em que mais de 50% (cinquenta por



cento) do capital votante seja detido, direta ou indiretamente, pela Companhia ("Sociedades Controladas"), sem prévia anuência de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocadas para esse fim, exceto (1) pela incorporação, pela Companhia, de qualquer de suas Sociedades Controladas ou coligadas (de modo que a Companhia seja a incorporadora); e/ou (2) pela reorganização societária realizada exclusivamente entre a Companhia e as Sociedades Controladas, sendo certo que, em ambos os casos descritos nos subitens (1) e (2) acima, após a respectiva transação societária, a Companhia deverá deter o controle das demais sociedades envolvidas; e/ou (3) daquelas resultantes da operação descrita no fato relevante divulgado ao mercado pela Oi S.A. em 2 de outubro de 2013;

- (h) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) venda, cessão, transferência ou qualquer tipo de alienação, pela Companhia ou por qualquer das controladas da Companhia, incluindo sem limitação a Andrade Gutierrez Concessões, em qualquer operação isolada ou série de operações, de participações societárias ou de bens imóveis que tenham contribuído com mais de 20% (vinte por cento) do EBITDA (que significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres) consolidado da Companhia referente aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores à respectiva venda ou alienação, exceto (A) conforme permitido no item (p) abaixo; e (B) pela eventual transferência de ações de emissão da CEMIG pela AGC Energia S.A. para fins do estrito cumprimento do disposto no "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debentures Perpétuas Participativas, Não-Convertíveis, Permutáveis, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, da AGC Energia S.A.", datada de 28 de fevereiro de 2011, conforme aditada de tempos em tempos;
- (j) criação de penhor, caução, alienação ou cessão fiduciária, usufruto, ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação, oneração ou direito de garantia equivalente ("Ônus"), sobre participações societárias de propriedade da Companhia e/ou das Sociedades Controladas, excetuados: (a) os Ônus existentes na Data de Emissão; (b) os Ônus criados em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações ou formalizações, totais ou parciais, em qualquer dos casos desta alínea, em relação a dívida garantida e existente na Data de Emissão; (c) os Ônus criados em decorrência de eventual operação da Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES ou qualquer outro banco de fomento; (d)



usufrutos sobre ações de emissão de Sociedades Controladas até o valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou (e) os Ônus cujas obrigações garantidas não ultrapassem, em conjunto, 20% (vinte por cento) do EBITDA (que significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres) consolidado da Companhia, nos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores à criação de tal Ônus;

- (k) reduções do capital social da Companhia, exceto se (a) realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) com relação à Companhia, previamente aprovada por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, §3º da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) suspensão, por iniciativa da Companhia, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;
- (m) cessão, promessa de cessão, transferência ou qualquer outra forma de alienação de quaisquer das obrigações da Companhia relacionadas às Debêntures, sem prévia anuência de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocadas para esse fim; e
- (n) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura.

7.1.2. Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto no item 7.2 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- (a) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da ocorrência do descumprimento;
- (b) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações ou quotas do capital social da Companhia e/ou das Sociedades Controladas, de modo a resultar em um Impacto Adverso Relevante para a Companhia;
- (c) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Companhia, ou qualquer operação de alienação, cessão ou transferência direta de ações



do capital social da Companhia, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resulte na perda, pelos atuais controladores da Companhia, do poder de controle direto ou indireto da Companhia;

- (d) se os Debenturistas desta Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com os demais credores das demais dívidas quirografárias da Companhia, exceto no que tange às obrigações que gozem de preferência ou privilégio por força de disposição legal;
- (e) mudança ou alteração relevante no objeto social da Companhia de forma a alterar as suas atuais atividades principais ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades desenvolvidas atualmente;
- (f) caso quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura não sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (g) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças da Companhia e/ou das Sociedades Controladas, exceto se (i) no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Companhia ou as Sociedades Controladas, obtiver um provimento administrativo ou judicial que autorize a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção das autorizações, concessões, alvarás ou licenças respectivas; ou (ii) se a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão comprovadamente não resultar em um Impacto Adverso Relevante (conforme definido abaixo) para a Companhia;
- (h) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que resulte em um Impacto Adverso Relevante para a Companhia;
- (i) aplicação e ou destinação dos recursos obtidos com a Emissão de forma diversa à prevista na presente Escritura; e
- (j) declaração de nulidade ou invalidade desta Escritura por decisão judicial ou arbitral que não seja revertida em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva decisão, ou no prazo legal existente, o que ocorrer primeiro.

- 7.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos no item 7.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido no item 7.2.1 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Companhia, na forma do item 10.1 abaixo.

- 7.2.1. Se, na Assembleia Geral referidas no item 7.2 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, deliberarem pelo não vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.
- 7.2.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.2 e 7.2.1 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto no item 7.3 abaixo.
- 7.3. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Companhia, da comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13 desta Escritura.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

- 8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Companhia obriga-se, ainda, a:
- 8.1.1. Disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores, dentro do prazo máximo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável à época, contado após o término do exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.
- 8.1.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do respectivo arquivamento na JUCEMG, via original da Escritura e seus eventuais aditamentos;
 - (b) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias gerais de acionistas que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias corridos após as respectivas publicações;
 - (c) em até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de solicitação do Agente Fiduciário, todos os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive os



controladores, as controladas, as sociedade sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, necessários à elaboração do relatório anual, além de quaisquer informações relevantes com relação às Debêntures ou quaisquer informações necessárias no âmbito da prestação de serviços pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura e respeitando os prazos legais e regulamentares a que tais informações estejam sujeitas, que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

- (d) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Companhia relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, em até 1 (um) Dia Útil do seu recebimento;
- (e) informações sobre qualquer fato que seja do conhecimento da Companhia e que possa vir a afetar, de forma negativa, o seu desempenho financeiro e operacional, em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência de tal fato; e
- (f) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a publicação das demonstrações financeiras da Companhia, declaração de qualquer dos diretores da Companhia atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura.

8.1.3. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis.

8.1.4. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário, respeitado o disposto na regulamentação aplicável, inclusive no inciso XIII do artigo 12 da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28") realize, em base razoável e quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia.

8.1.5. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleias Gerais para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.6. Cumprir com as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do



exercício social; (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) imediatamente precedente a esta em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358") no tocante ao dever de sigilo e as vedações à negociação; (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e (g) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP.

- 8.1.7. Manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário junto ao CETIP 21 durante o prazo de vigência das respectivas Debêntures, efetuando o pagamento pontual dos custos decorrentes desses registros.
- 8.1.8. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.
- 8.1.9. Notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário em caso de mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Companhia.
- 8.1.10. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades (inclusive decorrentes de impactos negativos de caráter reputacional ou de imagem), ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Impacto Adverso Relevante").
- 8.1.11. Cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto aquelas que estão sendo questionadas de boa fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante.
- 8.1.12. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou venham a ser questionados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa ou cujo não



pagamento resulte em Impacto Adverso Relevante, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

8.1.13. Adotar todas as medidas necessárias para:

- (a) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante;
- (b) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante;
- (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante; e
- (d) estender as medidas elencadas nos subitens (a) a (c) deste item 8.1.13 para as Sociedades Controladas, conforme aplicável.

8.1.14. Contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) o Banco Liquidante o Escriturador; (b) o Agente Fiduciário; e (c) o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21).

8.1.15. Comunicar ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, inclusive com relação a suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, em até 1 (um) Dia Útil após o referido descumprimento.

8.1.16. Comunicar ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista no item 3.4 acima.

8.1.17. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

8.1.18. Informar ao Agente Fiduciário o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures, em até 5 (cinco) dias após o respectivo pagamento, para que o Agente Fiduciário possa cumprir com suas obrigações, inclusive aquela constante do item 9.4.1(n) abaixo.



- 8.1.19. Não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares das Debêntures.
- 8.1.20. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social.
- 8.1.21. Apresentar, por meio desta Escritura e da declaração prestada nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Companhia, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade.
- 8.1.22. A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas na presente Escritura.
- 8.1.23. Informar ao Agente Fiduciário, na forma do item 12.1 abaixo, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência do evento, sobre a ocorrência de qualquer reorganização societária em que esteja envolvida ou sobre a alteração de seu objeto social, ressalvadas exceções previstas nos incisos (g) e (i) do item 7.1.1 acima, sem prejuízo da eventual ocorrência de um Evento de Inadimplemento.

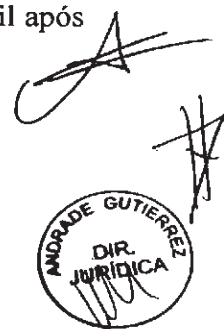
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

- 9.1.1. A Companhia nomeia e constitui o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Companhia a comunhão dos titulares das Debêntures.
- 9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

- 9.2.1. Será devida pela Companhia ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma: parcelas anuais de R\$4.000,00 (quatro mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após



a assinatura desta Escritura e as demais na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.

- 9.2.2. No caso de inadimplemento da Companhia, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Companhia, desde que razoáveis e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais relativas a ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações ajuizadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar aos Debenturistas garantia prévia Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 9.2.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Companhia e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.
- 9.2.4. O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Companhia com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Companhia não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Companhia, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.
- 9.2.5. A remuneração prevista no item 9.2.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Companhia e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.
- 9.2.6. As parcelas referentes ao item 9.2.1 acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, a partir da data de assinatura desta Escritura, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida no item 9.2.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário.



9.2.7. A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, taxas, emolumentos, autenticação de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias, *conference calls*, contatos telefônicos, notificações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Companhia, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Companhia.

9.2.8. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, calculada desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.2.9. Os valores descritos acima serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração: (a) Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); (b) Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS); (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (e) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras, de forma que estes valores correspondam a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

9.2.10. A remuneração cobre os serviços inerentes à função, a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em Assembleias Gerais.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Companhia efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a



CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

- 9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Companhia, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.
- 9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar em até 1 (um) Dia Útil o fato aos Debenturistas e à Companhia, pedindo sua substituição.
- 9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.
- 9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura.
- 9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.
- 9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.
- 9.4. Deveres**
- 9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Companhia de forma justificada cujos custos deverão ser arcados pela Companhia;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.18 acima, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

- (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Companhia enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Companhia;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Companhia;
- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos no item 7.1 acima;
- (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures; e
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões listados abaixo. Para tanto, a Companhia deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, ao encerramento de cada exercício social.
 - (a) denominação da companhia ofertante;
 - (b) valor da emissão;
 - (c) quantidade de debêntures emitidas;
 - (d) espécie;
 - (e) prazo de vencimento das debêntures;
 - (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período, conforme aplicável.

- (m) colocar à disposição o relatório de que trata o subitem (o) acima aos Debenturistas no prazo estabelecido pela regulamentação aplicável, a contar do encerramento do exercício social da Companhia, ao menos nos seguintes locais: (i) sede da Companhia; (ii) CVM; (iii) CETIP; e (iv) na sede dos Coordenadores;
- (n) publicar, às expensas da Companhia, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.18 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (m) acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Banco Liquidante, a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao aqui disposto, a Companhia e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas por edital ou individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
- (s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Companhia que objetive mudar o objeto social da Companhia, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria em relação às Debêntures;
- (t) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável;
- (u) divulgar as informações referidas na alínea (l), inciso (x) deste item 9.4.1, através de sua central de atendimento e/ou em sua página da Internet (*website*), tão logo delas tenha conhecimento; e
- (v) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado o valor unitário das Debêntures, calculado pela Companhia em conjunto com



o Agente Fiduciário, através de sua central de atendimento e/ou em sua página da Internet (*website*).

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Companhia para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Companhia, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Companhia ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

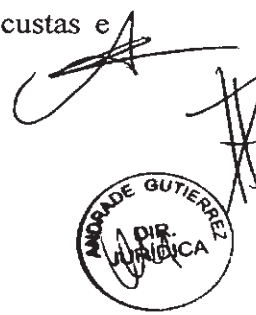
9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (d) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos Debenturistas detentores das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (d) acima.

9.6. Despesas

9.6.1. A Companhia ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere o item 9.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega à Companhia de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Companhia, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Companhia, mediante comprovação do seu pagamento. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e



taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias.

9.6.4. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

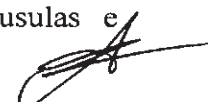
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) locomoções entre estados da República Federativa do Brasil e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Companhia e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7. Declarações do Agente Fiduciário

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;



- (d) não ter qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª emissão privada de debêntures simples, em série única, da espécie com garantia real da AG Telecom Participações S.A. ("AG Telecom"), com vencimento em 30 de outubro de 2019, em que foram emitidas 665.000 (seiscentos e sessenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$665.000.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco milhões de reais). Até a presente data foi verificado evento de resgate antecipado, conforme previsão na escritura de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de conversão, amortização, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da AG Telecom são garantidas por penhor de ações, conforme previsão na escritura de emissão; (ii) 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com garantia fidejussória, da Andrade Gutierrez Participações S.A. ("2ª Emissão da Andrade Gutierrez Participações"), com vencimento em 15 de junho de 2017 para a 1ª série, 15 de junho de 2019 para a 2ª série e em 15 de junho de 2022, em que foram emitidas 63.945 (sessenta e três mil novecentas e quarenta e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$639.450.000,00 (seiscentos e trinta e nove milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento



de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Andrade Gutierrez Participações contavam com fiança da Construtora Andrade Gutierrez S.A., conforme previsão na escritura de emissão; (iii) 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com garantia fidejussória, da Andrade Gutierrez Participações S.A. ("3ª Emissão da Andrade Gutierrez Participações"), com vencimento em 15 de junho, em que foram emitidas 18.000 (dezoito mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Andrade Gutierrez Participações não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; (iv) 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Andrade Gutierrez Concessões S.A. ("1ª Emissão da AG Concessões"), com vencimento em 2 de maio de 2020, em que foram emitidas 25.400 (vinte e cinco mil e quatrocentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$254.000.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de conversão, amortização, resgate, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da AG Concessões não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; e (v) 2ª emissão (sendo a 1ª (primeira) emissão pública) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, da Companhia ("2ª Emissão da Companhia"), com vencimento em 10 de dezembro de 2014, em que foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, amortização, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Companhia são garantidas pela garantia fidejussória prestada pela Construtora Andrade Gutierrez S.A., conforme previsto na escritura de emissão.

- 9.7.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de

eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

- 9.7.3. Sem prejuízo do seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Companhia ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Companhia, permanecendo sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 9.7.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações constantes da Escritura e dos demais documentos da operação.
- 9.7.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente aprovados por titulares de Debêntures que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocadas para esse fim.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais" ou, individualmente, "Assembleia Geral") aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

- 10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, pela CVM, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar todos os Debenturistas, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.
- 10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 4.18 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de



assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

- 10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.
- 10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.
- 10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. Quorum de Instalação

- 10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 10.2.2. Para efeito da constituição de todos os "*quorum*" de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Companhia; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Companhia (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Companhia e (iii) administradores da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista eleito pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

- 10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas

representando, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos nos "*quorum*" mencionados no item 10.4.1 acima:

- (a) os "*quorum*" expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura;
- (b) as alterações relativas (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures, conforme previsto nos itens 4.10 desta Escritura; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, inclusive a Data de Vencimento, conforme previsto nesta Escritura; e/ou (iii) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (b) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
- (c) exceto para autorizações ou permissões (*waivers*) cujos "*quorum*" já estejam expressamente especificados em outros dispositivos desta Escritura, autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e
- (d) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5. Alterações nesta Cláusula X

As alterações das disposições e/ou dos "*quorum*" estabelecidos nos itens 10.1 a 10.5 e 10.6 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.6. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.6.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

10.6.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



- 10.6.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA COMPANHIA

- 11.1.** A Companhia declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, sem registro de companhia aberta perante a CVM;
- (b) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo arquivamento desta Escritura (e seus aditamentos) na(s) competente(s) junta(s) comercial(is), bem como o registro das Debêntures junto à CETIP;
- (g) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii)



criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (h) a Companhia e suas sociedades controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (i) os balanços patrimoniais da Companhia auditados e datados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012 e os balanços patrimoniais da Companhia com revisão limitada dos auditores independentes referentes aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2013, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Companhia, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Companhia nas aludidas datas e os resultados operacionais da Companhia referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Companhia fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Companhia, e não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Companhia;
- (j) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Companhia, que possa vir a afetar a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e constantes das demonstrações financeiras da Companhia;
- (k) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (l) a Companhia está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Companhia para as quais a Companhia possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância ou cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante para a Companhia;

- (m) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (n) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Companhia, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Companhia, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (o) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (p) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Companhia, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Companhia em prejuízo dos Debenturistas;
- (q) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (r) cumpre e cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura;
- (s) nenhuma das declarações constantes desta Cláusula XI é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi dada;
- (w) a celebração da Escritura e a Emissão não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Companhia seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Companhia, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (x) Exceto pela (i) primeira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em três séries, da Companhia, no valor de R\$385.000.000,00 (trezentos e oitenta e cinco milhões de reais), emitidas em 28 de junho de 2012; e (ii) segunda emissão (sendo a primeira emissão pública) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografárias, em série única, da Companhia, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), emitidas em 10 de



dezembro de 2012, não há, nesta data, debêntures ou notas promissórias de outras emissões da Companhia cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto; e

- (y) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Companhia e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

- 12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Companhia:

Andrade Gutierrez S.A.
Avenida do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim,
30110-937 Belo Horizonte, MG
At.: Pedro Bruno Lima Amaral Silva
Tel.: (21) 2211-8022
Fax: (21) 2211-8032
E-mail: pedro.lima@agnet.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4200 - Bloco 04 - Sala 514 – Barra da Tijuca
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e
Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Escriturador e Banco Liquidante:

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia
Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
06029-900, Osasco – SP
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo
Tel.: (11) 3864-7911 / (11) 3684-2852
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br
4010.custodiartf@bradesco.com.br



4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Gerência de Valores Mobiliários
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar
01452-001 - São Paulo, SP
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por *fac-símile* ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada em até 1 (um) Dia Útil pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

ES

[Assinatura]
ANDRADE GUTIERREZ
DIR. JURÍDICA

12.4. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não atendimento aos requisitos previstos na Cláusula II acima, conforme aplicável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.5. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.6. Despesas

A Companhia arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEMG; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Companhia; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e outros prestadores de serviços essenciais à Emissão.

12.7. Substituição de Prestadores de Serviços

É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo "quorum" para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.

12.8. Lei Aplicável

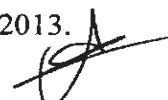
Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.9. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

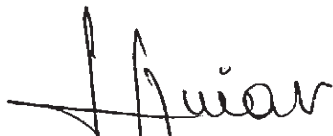
Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 9 de dezembro de 2013.





Página de assinaturas 1/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão (sendo a 2ª (Segunda) Pública) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Andrade Gutierrez S.A."

ANDRADE GUTIERREZ S.A.



Nome: LEANDRO DE AGUIAR
Cargo: VICE PRESIDENTE




Nome: CLAUDIO JOSÉ DE CASTRO MISERANDINO
Cargo: VICE PRESIDENTE FINANÇAS

5
2
0
2
0


ANDRADE GUTIERREZ
DIR. JURÍDICA


Página de assinaturas 2/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão (sendo a 2ª (Segunda) Pública) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Andrade Gutierrez S.A."

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Pedro Silva
Cargo: Procurador

Testemunhas:


Nome: Nathália R. Rocha
CPF: 130.950.987-58
R3: 21.335.277-8


Nome: Anderson Torres Monteiro
CPF: 3.999.824 - SSP-MG
CPF: 676-837.706-04



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.165-3/000
EM 12/12/2013
#ANDRADE GUTIERREZ S/A#

PROTOCOLO: 13/936.751-9

AN1030829


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUCEMG


ANDRADE GUTIERREZ S/A
DIR. JURÍDICA